

ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 22-12-2021.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às nove horas e quarenta e sete minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum deliberativo, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvon Medina, Cassiá Carpes, Giovane Byl, Jonas Reis, Mauro Zacher, Mônica Leal e Ramiro Rosário. A seguir, foi apregoado requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 06 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21 (Processo nº 0223/21). Foi informado que a discussão do Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21 fora reaberta. Foi apregoada a Subemenda nº 01, assinada por Pedro Ruas, à Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/19 (Processo nº 0230/19). Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Idenir Cecchim, ao Projeto de Lei do Executivo nº 042/21 (Processo nº 1065/21). Foram aprovados requerimentos de autoria de Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei do Executivo nºs 011 e 012/21 (Processos nºs 0577 e 0578/21, respectivamente). Foram aprovados requerimentos verbais formulados por Idenir Cecchim, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 042/21 (Processo nº 1065/21), após ser discutido por Aldacir Oliboni, Pedro Ruas, Laura Sito, Bruna Rodrigues, Jonas Reis, Matheus Gomes, Leonel Radde, Alexandre Bobadra, Mauro Pinheiro e Karen Santos. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 042/21. Foi aprovada a Mensagem Retificativa nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 042/21, por VINTE E UM VOTOS SIM, OITO VOTOS NÃO e DUAS ABSTENÇÕES, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvon Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votado não Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e optado pela abstenção Laura Sito e Leonel Radde. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 042/21, por VINTE E TRÊS VOTOS SIM, SETE VOTOS NÃO e TRÊS ABSTENÇÕES, tendo votado sim Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvon

Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário, votado não Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina e optado pela abstenção Aldacir Oliboni, Laura Sito e Leonel Radde. Foi aprovado requerimento de autoria de Leonel Radde, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 06 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21. Foi aprovado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21. Foi apregoado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 07, 08 e 10 apostas ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21. Foi apregoada a Emenda nº 11, assinada por Cláudia Araújo, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21, e foi apregoado requerimento de autoria de Cláudia Araújo, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para essa emenda. Em discussão geral e votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21 (Processo nº 0223/21), após ser discutido por Leonel Radde, Laura Sito, Karen Santos, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Mari Pimentel, Comandante Nádia, Daiana Santos, Claudio Janta, Jonas Reis e Mônica Leal. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 09 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21, por SETE VOTOS SIM, VINTE E TRÊS VOTOS NÃO e QUATRO ABSTENÇÕES, tendo votado sim Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Matheus Gomes, Pedro Ruas e Roberto Robaina, votado não Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e optado pela abstenção Aldacir Oliboni, Fernanda Barth, Jonas Reis e Laura Sito. Foi votada destacadamente e aprovada a Emenda nº 11 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21, após ser encaminhada à votação por Cláudia Araújo. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 069/21, por VINTE E SETE VOTOS SIM, CINCO VOTOS NÃO e UMA ABSTENÇÃO, após ser encaminhado à votação por Felipe Camozzato, tendo votado sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Laura Sito, Leonel Radde, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Zacher, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, votado não Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Jessé Sangalli, Mari Pimentel e Ramiro Rosário e optado pela abstenção Fernanda Barth. Às doze horas e vinte e dois minutos, em cumprimento a deliberação do Colégio de Líderes, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Laura Sito e

Idenir Cecchim. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Bom dia a todos, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Vamos dar início à nossa sessão extraordinária ingressando direito na Ordem do Dia.

Gostaríamos de agradecer e cumprimentar as nossas lideranças do carnaval. Obrigado pela presença. A presença de vocês abrilhanta a nossa sessão. Sejam todos muito bem-vindos.

De imediato, convido o nosso diretor Luiz Afonso para proceder à chamada para darmos início aos trabalhos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e oito Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam à chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 09h47min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito que o nosso diretor legislativo faça o apregoamento das matérias.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde que solicita a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 06 ao PLL nº 069/21. Informo que a discussão dessa matéria foi reaberta.

Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Pedro Ruas, à Emenda nº 04 ao PLCE nº 004/19.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 042/21.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, solicitando a retirada de tramitação dos PLEs nºs 011/21 e 012/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 069/21 da ordem de priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sr. Presidente, quero destacar a participação dos vereadores de oposição e da base também que não estavam bem esclarecidos e pediram para que se prorrogasse o tempo da votação do projeto. Obrigado a todos os vereadores.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sim, como líder de oposição e esse é o último dia, quero fazer um registro de elogio ao líder do governo Idenir Cecchim. Nós pedimos muito na oposição, vereadoras e vereadores da oposição, ontem à noite, quando fomos tomados de surpresa em relação a esse projeto, mas, em contato já desde à noite de ontem, com o líder do governo, tivemos esse esforço e esse esclarecimento de que não seria votado. Confiamos na sua palavra e está confirmando. Então, os nossos parabéns ao líder do governo e à mobilização geral das vereadoras e dos vereadores da Casa. Obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Também queria falar em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores sobre a importância da retirada de priorização deste projeto de lei, uma vez que estamos na última sessão do ano. Esse projeto é muito polêmico, existe muito a discutir com as entidades, com a comunidade local que se sente atingida. Esperamos que a Câmara, o governo e o Internacional tenham essa iniciativa, no próximo ano, de tentar interagir com a sociedade. A Câmara é o termômetro da cidade e ela reproduzirá a o que será feito como acordo ou não. Então, nesse sentido, a importância da retirada, neste momento, da priorização. Muito obrigado.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Questão de ordem, Presidente. Quero registrar, em nome da bancada do PCdoB, a importância da retirada desse projeto. É um projeto que impacta a cidade de forma brutal, principalmente uma região da cidade que dialoga com o carnaval, que dialoga com as torcidas organizadas. É um projeto que precisa ter um amplo debate.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Presidente, só para fazer o registro para não parecer que é só a oposição que fez a solicitação. Há vários vereadores da base e independentes que também têm dúvidas sobre o projeto. Apesar do projeto estar aqui na Casa há bastante tempo, a gente vê que há bastante dúvida. Está aqui o pessoal do carnaval com dúvidas, tem procurado os vereadores, pessoas da torcida, conselheiros que nos ligaram, e a gente fez, junto com o Ver. Ramiro, com o Ver. Claudio Janta... Queremos agradecer aos líderes Ver.^a Nádia, Ver. Cecchim e ao prefeito Melo pela sensibilidade de retirar, momentaneamente, este projeto para que a gente possa evoluir, discutir e melhorar o projeto para que seja o melhor para cidade de Porto Alegre.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, também aproveito para fazer o registro, também parabenizando aqui os líderes Cecchim e Nádia e o nosso prefeito Sebastião Melo pela sensibilidade em retirar esse projeto hoje de pauta. Inclusive aqui fazer o registro também à oposição que, por motivos diferentes talvez, também aqui fez essa solicitação com a compreensão de que o projeto seja retirado. Da minha parte, digo muito especialmente com relação à transparência e à forma como estão sendo conduzidas as negociações desse projeto, dentro da Casa. Acho fundamental que nós tenhamos aqui essa discussão às claras. Então, por uma questão, realmente, de condução do processo que eu vejo aqui com bons olhos a exclusão hoje da pauta e que a discussão fique para o ano que vem. Obrigado.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Quero registrar também, enquanto bancada do PSOL, a importância da mobilização das escolas de samba, do Quilombo da Família Lemos, da associação de moradores, da torcida colorada, eu não tenho dúvida de que foram eles que garantiram essa sensibilização do governo Melo, no apagar das luzes, desta legislatura de 2021. Que a gente siga assim, não são só questões de dúvida, tem muito desacordo com o projeto e isso é uma batalha que a gente vai ter que enfrentar, de preferência, de uma forma transparente, convocada numa sessão ordinária, no ano de 2022.

Vereador Matheus Gomes (PSOL): Presidente, gostaria de fazer o registro também aqui pela retirada desse projeto, importante requerimento de vereador Idenir Cecchim. Nós ficamos, desde ontem, muito preocupados, indignados, na verdade, levando à mobilização, às escolas de samba. Teve diálogo com a torcida do Inter, a Frente Quilombola está aqui presente também, os ambientalistas. Esse é um projeto de grande impacto e precisa ser debatido. Quem está envolvido nele, como é o caso da quadra do Imperador, da Saldanha, da Praiana, tem que ser tratado com dignidade, ser ouvido, ter diálogo. Então será muito importante que nesse próximo período isso se consolide. E eu quero parabenizar a mobilização desses segmentos que estão hoje aqui na galeria, porque esses são os atingidos pelo projeto e precisam ser protagonistas desta discussão. Muito obrigado.

Vereador Claudio Janta (SD): Bom dia, Presidente, bom dia, colegas vereadores, eu queria agradecer ao Ver. Cecchim e à Ver.^a Nádia pela retirada de priorização do projeto e que mantiveram um diálogo com a base e, principalmente, ao prefeito Melo que prova, na prática, que é uma pessoa de diálogo. Nós estamos cobrando diálogo neste projeto. Apesar dele estar há um bom tempo na Câmara de Vereadores, mas o que falta é transparência em várias questões desse projeto e principalmente ouvir, de fato, a sociedade, principalmente também ver as contrapartidas bem claras que são necessárias para a cidade de Porto Alegre. Então o governo, o prefeito Melo mostra a sensibilidade que tem, principalmente comprovando ser um homem de diálogo, escutando a sua base, escutando a oposição, escutando a cidade de

Porto Alegre que quer mais diálogo e, principalmente, se inteirar mais desse projeto. Obrigado.

Vereador Jonas Reis (PT): Queria deixar consignado aqui o meu abraço afetuoso ao líder Cecchim pela sensibilidade neste momento e às galerias que lotam esta Câmara e trazem a voz do povo. É importante que a voz do povo seja ouvida sempre, é importante manter diálogo e aprofundar as discussões sobre esse tema. Um grande abraço a todos, acho que temos tudo para dar certo na nossa sessão do dia de hoje. Parabéns pela luta, pelo povo do carnaval. Obrigado.

Vereador Leonel Radde (PT): Sim, gostaria de parabenizar o líder do governo Cecchim pela iniciativa, mas lembrando que essa é uma iniciativa graças à mobilização popular dos quilombolas, das escolas de samba, da torcida do Internacional e fica uma mensagem aqui muito clara: quando existe mobilização popular, as coisas mudam dentro da Casa e, a mudança, dentro da Casa, só acontece mediante a participação do povo e da democracia. Quero chamar a atenção também que, por mais que nós tenhamos que ter um controle de entrada nesta Casa, porque aconteceu aquele absurdo da invasão, neste ano ainda, da extrema-direita, dos antivacinas, nós não podemos agir com dois pesos e duas medidas, nem com grosseria na entrada do povo, aqui nesta Casa, como aconteceu hoje. Os servidores desta Casa têm que respeitar a ordem, mas também tem que respeitar a população que quer participar das decisões da Câmara Municipal. Obrigado.

Vereadora Laura Sito (PT): Presidente Márcio, quero aqui registrar a importante sensibilidade, na figura do líder Cecchim, do prefeito Sebastião Melo, mas, principalmente, saudar a mobilização das escolas de samba, da torcida, do Quilombo Lemos, da importância que é nós podermos fazer esse debate aqui com qualidade. Infelizmente, ao longo deste ano, na Casa, nós tivemos vários momentos onde nós fomos pegos de surpresa sobre debates estruturantes da cidade. E hoje não seria diferente, se este projeto tivesse sido mantido na Ordem do Dia. Portanto, espero que a gente possa fazer esse debate com a qualidade que ele tem, compreendendo os impactos ambientais e sociais sobre ele e, principalmente, ouvindo aqueles e aquelas que são atingidos de forma direta por esse projeto. Portanto, saúdo pela retirada do projeto e saúdo especialmente a mobilização social.

Vereadora Comandante Nádia (DEM): Bom dia, Presidente, bom dia, colegas vereadores, gostaria só de informar que a retirada desse projeto aconteceu exatamente pela sensibilidade do prefeito Sebastião Melo e do vice-prefeito Ricardo Gomes, pela mobilização do líder Cecchim, pela conversa que nós temos tido com os vereadores de base também e os vereadores independentes para que a gente possa, de uma forma muito tranquila, amadurecer esse projeto, porque com gritando não acontece nada, mas, com conversa, sempre. Então isso é uma conquista dos vereadores da base e

independentes e do governo Melo que tem um diálogo sempre aberto para com todos. Não é com gritado. Muito obrigada.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Bom dia, Presidente; povo que nos acompanha aqui nas galerias. Essa é uma vitória da indignação do povo que não vai se calar diante de tanto ataque; essa é uma vitória desta mobilização: Imperadores, Saldanha, Praiana, Quilombo Lemos e todos aqueles aquelas que se somam, neste momento, essa que é uma importante mobilização, tanto de cunho social, mas também fazendo uma avaliação muito mais ampla. Nós do PCdoB estamos juntos, e vou utilizar deste espaço nesta última sessão com essa indignação que não deve ser só de ataque, mas também propositiva, para falar que bate mais forte meu coração vermelho e branco e hoje invade esta cidade, sou colorada, sou o Imperador, nesse mar eu vou, que felicidade! É assim tem a gente saúda o povo que luta, é assim a gente saúda aqueles que se somam para que esses retrocessos não aconteçam nas escuras, na calada da noite de forma obscurantista como costumeiramente tem acontecido aqui neste espaço.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Bom dia, Presidente; senhoras e senhores vereadores, fazer a nossa saudação especial a todos que estão conosco nessa manhã aqui na Câmara, aos nossos ouvintes telespectadores e a todos que têm interesse nesse projeto, eu quero daqui, em meu nome, Ferronato, em nome do nosso partido PSDB, dizer que estamos apoiando essa retirada, cumprimentando pela retirada que tem, sim, iniciativa do prefeito, dos vereadores e da mobilização da comunidade. Portanto, estamos juntos, vamos deixar para 2022 para debatermos mais esse projeto e suas consequências. Um abraço a todos e obrigado.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Feitos vários registros, Presidente, de agradecimento, todo mundo colaborou e particularmente a mobilização popular que aconteceu extraordinária, fica uma dúvida: como é que entrou na priorização esse projeto? Depois eu quero saber. Obrigado.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, como colorada conheço esse projeto desde 2013. Já foi tão discutido nos bairros e associações que não me surpreende a apresentação com as contrapartidas. Sem conhecer as contrapartidas, realmente, eu até compreendo os colegas de nova legislatura que não conheciam esse projeto, mas ninguém está aqui para atropelar, nós queremos, sim, esse desenvolvimento. E eu sou ambientalistas, eu conheço aquilo ali desde o aterro que foi feito antes da via principal. Então, quero elogiar o governo que, para ouvir como foi anteontem, recebeu a oposição lá no Paço Municipal, dialogou e vai dialogar, mas para nós que já temos conhecimento não tem problema esperar mais um tempo e votarmos no ano que vem.

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, eu acho que vem em boa hora essa decisão, o prefeito tem plena razão; estamos pensando igualmente, mas acredito

que seja só no ano que vem, não tem condições de nós votarmos neste ano. É um assunto polêmico, mas tem um aspecto que nós não precisamos de aplauso, nós precisamos é de razão; nós não podemos deixar essa questão grenalizar; se grenalizar, nós não fazemos nada. O que eu preciso não é da grenalização, eu preciso é da legalidade. A legalidade que vai embasar o meu voto, portanto, o que a torcida pensa, o gremista não querendo, o colorado querendo, isso não pode ser e não pode vir para o plenário, sob pena de nós perdermos a coerência, a transparência e a independência. Obrigado, Presidente.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB) (Requerimento): Presidente, quero agradecer as manifestações de todos os vereadores, agora vamos voltar para a pauta.

Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 042/21. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apenas eu queria encaminhar aqui especialmente para as galerias, público que nos acompanha presencialmente, que nós estamos com protocolo de segurança porque dois, três, ou mais vereadores foram ameaçados, por isso que está havendo um controle um pouco mais rígido. Caso tenha havido algum transtorno, a gente perde escusas em nome da Mesa, mas esse é um protocolo que nós temos que estabelecer por conta das ameaças. Vocês são todos muito bem-vindos aqui.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 1065/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 042/21, que autoriza o Executivo Municipal a contratar Analista de Tecnologia da Informação e Comunicação (Analista de TIC), em caráter emergencial e por prazo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. **(SEI 118.00310/2021-31)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e da Mensagem Retificativa nº 01.

Observações:

- com Mensagem Retificativa nº 01;

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA - art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 08-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão o PLE n° 042/21. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Presidente, Vereador Márcio Bins Ely; colegas vereadores e vereadoras; público acompanha a nossa sessão hoje pela manhã; de modo especial, a comunidade das escolas de samba de Porto Alegre que estão aqui; cidadãos e cidadãs que acompanha a nossa sessão, inicialmente antes de entrar no projeto de lei, queria dizer da importância do adiamento, da retirada de priorização desse projeto que ora estava em primeiro da pauta, e que nos remeteria para uma grande discussão que, em tese, não se complementou. Ao longo dessa tramitação do projeto de lei, que vem desde o governo anterior, não obedeceu a critérios de diálogo, tanto com a comunidade local próxima ao Estádio do Beira-Rio, do Internacional; como também com o segmento que sentiram atingidos, seja pelos impactos ambientais, impactos sociais, impactos da mobilidade urbana, e uma série de questões de compensações que até hoje há muitos projetos anteriores que vieram sendo feitos e não teriam sido cumpridos. E, por isso, é importante a discussão desse projeto, à medida que essas comunidades se sentem atingidas e preocupadas com o projeto apresentado aqui. Parabenizo a iniciativa de adiamento, mas é um projeto muito polêmico.

A orla do Guaíba não pode servir como exploração imobiliária, a orla do Guaíba não pode ter perdida a sua caracterização. Nós temos que ter responsabilidade, na medida que passa um, passa a boiada, e nós sabemos como os governos neoliberais capitalistas governam a nossa cidade, o nosso e o nosso País. Não é por acaso que, neste momento, a comunidade está apreensiva, indignada e preocupada com as posições tomadas nesse sentido, quando não consultam a comunidade e, quando os consultam com a ideia de audiência pública, não acatam as decisões ou o contraditório que acontece na audiência pública.

Os tempos de pandemia nos deixaram fragilizados nesse debate, porque não havia possibilidade de adentrar neste plenário, mas agora, graças a obrigação da vacina, graças a exigência do passaporte vacinal, esperamos que a população seja conscientizada, à medida que ela tem dado resultado para que nós possamos voltar a nos reunirmos e debatermos presencialmente. Isso nos ajuda muito a conversar melhor, a ponderar melhor, como também a convergir para projetos importantes para nossa querida Porto Alegre. E esse projeto de lei que ora está sendo discutido, da tecnologia da informação, como é a contratação de trabalhadores e servidores temporários, nós da bancada do PT estaremos dando acordo, na medida em que não possa ser uma prática costumeira. Nós defendemos concurso público, nós defendemos o servidor público, nós esperamos que o governo, no próximo ano, trabalhe com a questão da reposição salarial dos últimos cinco anos e que dialogue melhor com o funcionalismo. Abra concurso em

todas as áreas principalmente nas áreas menos favorecidas, como o governo anterior e estes acabaram não abrindo; como é na saúde, na educação, na assistência e em vários outros segmentos, como o DMAE, e na tecnologia da informação. Nesse sentido, a bancada do PT dá *o.k.* para este projeto e esperamos que consigamos, neste último dia de sessão do ano, que as coisas possam convergir nesta Casa, e aceitem as inúmeras sugestões que damos em alguns projetos, com emendas apresentadas. Viva o diálogo, a compreensão e a democracia! Por isso estamos na luta. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, saúdo particularmente, na pessoa do meu amigo Onir, todas as amigas e amigos que nos dão a honra de comparecer na Casa do Povo, aqui em Porto Alegre, no dia de hoje. E vou direto ao tema que nos traz aqui, que é o projeto em relação à contratação temporária. Eu não posso deixar de fazer um elogio importante aqui, Ver. Idenir Cecchim, à atuação de Vossa Excelência no episódio de hoje, uma atuação republicana, correta e adequada. Meus parabéns. Eu não esperava outra atitude de quem conheço há 30 anos e sei qual é o procedimento.

Eu tenho aqui, Ver. Oliboni, e aqui é respeitosamente uma pequena divergência ao final só de sua fala, não ao início, uma pequena divergência, mas é que eu não tenho posição favorável à aprovação do projeto, e não que ele seja um desastre absoluto, como já falei de outros projetos do próprio governo, como também alguns projetos elogiamos; mas este projeto não é bom porque, na verdade, ele é a sequência do fim da Procempa. Ele é sequência e consequência. Quando o governo municipal resolveu terminar com a Procempa, na prática, ele criou... E nós alertamos muitas, muitas vezes isso, eu devo ter falado mais de dez vezes os demais vereadores e as demais vereadoras, com certeza muito mais do que eu, mas eu falei mais de dez vezes, que o problema da tecnologia de Informação é que nós temos uma empresa de ponta, com técnicos altamente qualificados e que ficarão sem atividade, ficarão sem conteúdo ocupacional, ficarão sem ter como aportar a sua expertise para a Prefeitura, e, portanto, para a cidade.

Eu não poderia, Ver. Márcio, agora, respeitando posições em contrário, evidentemente, mas eu não poderia agora ser favorável a um projeto que é a consequência daquela ação nefasta em relação à Procempa! Não posso! Porque isso aqui está acontecendo porque esses técnicos existem, eles já existem, eles estão na Procempa, eles sempre existiram, com experiência aí de 20, 30 anos. Conheço vários! Então, há uma posição aqui, e aqui concluo, vereadoras e vereadores, no sentido de que governo tem que ter uma sensibilidade - ainda é tempo, a Procempa ainda existe - para a utilização e aproveitamento do conhecimento da Procempa e dos seus técnicos, que estão ali, pagos pelo Município! Eles já existem! Não há essa necessidade da

contratação. Era esse o registro que eu queria fazer, e, fundamentalmente, aproveitar a tribuna para saudar as amigas e os amigos que nos visitam no dia de hoje. Um abraço a todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): Bom dia, Presidente; bom dia, colegas vereadoras e vereadores, bom dia ao público que aqui nos acompanha e que nos acompanha remotamente. Não posso deixar de fazer o registro o início desta minha fala sobre o impacto de nós fazermos um debate fragmentado em relação ao Plano Diretor. Aqui, inclusive nesta semana, já debatermos o tema do Arado Velho, já debatemos aqui o tema do Centro Histórico, e este é mais um tema que nós debatemos de forma fragmentada e principalmente com uma falta imensa de diálogo, e é isso que faz com que a comunidade esteja aqui nessa manhã, quase véspera de Natal, para poder defender a cultura popular, para poder defender a caracterização daquele espaço. E inclusive a forma como foi proposto aqui revela uma dificuldade de compreensão do que é a cultura popular, a própria torcida do Internacional que aqui está e que ali defende o quanto que este projeto descaracteriza o Complexo Esportivo do Inter, que foi ali colocado para ter uma perspectiva popular e esportiva, e não uma perspectiva privada e da especulação. Enfim, eu não poderia aqui deixar de fazer esse registro.

A nossa posição em relação ao projeto em questão é uma posição de quem acredita profundamente na Procempa e na necessidade do seu fortalecimento, e nós não poderemos aqui votar favoravelmente a que possam ser contratados técnicos sem nós falarmos da necessidade de realizarmos um concurso público. E é este o registro que a bancada do PT vai fazer nessa discussão. Nós, infelizmente, aqui, tivemos uma sequência de um debate que fragiliza a Procempa, e nós não queremos, na verdade, que a existência de contratações temporárias fragilizem ainda mais o corpo técnico de uma empresa que é estratégica, como nós já debatemos aqui, ao longo deste ano, para a nossa cidade. Portanto, nós votaremos favoravelmente ao projeto, mas compreendendo a importância, líder Idenir Cecchim, de que no próximo período nós temos logo, em breve, como aponta aí o projeto, a existência de um concurso público para que nós possamos fortalecer a perspectiva estratégica de uma empresa que é tão importante para o desenvolvimento tecnológico da nossa cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Bom dia, Presidente; hoje uma sessão extraordinária pela manhã, Vereador Ramiro. E eu queria também cumprimentar as lideranças do carnaval que hoje ocupam, de forma legítima, a Câmara de Vereadores; as lideranças das torcidas organizadas do Inter que vêm aqui trazer a voz e a representação dessas que são torcidas que representam o nosso grandioso Inter, sejam muito bem-vindos. Se esta fosse a Casa do Povo, vocês teriam uma representação com frequência aqui. Então, sejam muito bem-vindos! O carnaval é algo que parte da nossa cultura e que tem aí, neste projeto, algo que tira a nossa casa, e nós não permitiremos. Então, quero cumprimentar a Luana, que é a Presidenta do Imperadores, a Luana muito nos representa; o Breike, Presidente dos Bambas. E aqui, Presidente, quero fazer uma referência ao que eu acho fundamental: o item da pauta trata da contratação emergencial para analista de tecnologia da informação, e, na nossa opinião, é vergonhosa essa contratação, não só porque nós estamos tratando da contratação emergencial de profissionais que já existiram numa empresa que foi privatizada, que foi extinta pelo próprio governo. O desmonte da Procempa é parte de um projeto político com o qual nós não compactuamos. Nós não pactuamos, porque acreditamos que essa continuidade, esse trabalho da tecnologia, que é tão fundamental ao desenvolvimento da cidade, faz com que, a partir dessas contratações, nós não tenhamos continuidade. Então, se é necessário que a cidade se desenvolva, não pode ser a partir de um projeto de desmonte dessa empresa superavitária, de uma empresa lucrativa; empresa que o Executivo entregou para iniciativa privada, entregou um patrimônio construído ao longo de muito tempo. Então, é fundamental que a gente discuta essas contratações emergenciais. É dessa forma que Porto Alegre vai administrar a cidade, a partir de contratações emergencial, não resolvendo os problemas fundamentais da cidade? Nós acreditamos que é preciso que a gente repense essa forma de contratação. Todos os dias, nós votamos contratações emergenciais, por que os problemas da cidade não são resolvidos? Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha a sessão, trabalhadoras e trabalhadores, defensores da cultura, defensores do esporte que aqui se encontravam, deixo o meu abraço, minha saudação, meu respeito e minha admiração pela luta que travam nesta cidade. Eu quero falar desse projeto e dizer que está aí mais um pedaço do processo de desmonte das estruturas públicas. Primeiro, os governos neoliberais tratam de desestatizar, dizem eles “vamos desestatizar, tirar do Estado e entregar para a mão privada; entregar para aqueles que produzem lucro”. É isso, é assim que querem fazer com a área da tecnologia da informação da Prefeitura. Fizeram, neste ano, um ataque violento à Procempa, uma empresa histórica, uma empresa que muito produziu e que muito produz para toda cidade e para vários setores.

Para quem não lembra, foi a Procempa que produziu o programa que muito nos ajudou a olhar onde havia leitos na cidade. A Procempa que produziu isso e ajudou na pandemia. A gente dizia “olhem, foi a saúde que defendeu o povo, a vida na pandemia”. Sim, a saúde, mas, também, a Procempa ajudou com programa. Nós precisamos fortalecer essas instituições, não as enfraquecer. Quero lembrar a Carris que, durante a pandemia, ajudou, quando os ônibus privados abandonaram 39 linhas no ano de 2020; foi a Carris que abraçou essas linhas, foi a carris que ofereceu os seus trabalhadores, ofereceu o seu equipamento, arcou com o prejuízo, porque as empresas privadas não querem prejuízo. Foi a Carris, empresa pública, que assumiu a dianteira e garantiu o transporte para o povo que precisava trabalhar nos serviços essenciais que estavam abertos na cidade. Isso ninguém fala, nós temos que reconhecer. O povo do transporte da Carris tem o meu reconhecimento, tem a minha admiração, assim como a história dessa empresa também, assim com uma história da Procempa. Hoje vem para esta Casa o contrato temporário, nós não podemos transformar a Prefeitura em algo temporário, a Prefeitura tem que ser algo permanente, de garantia de serviço público com qualidade. Não se faz serviço público com qualidade com um técnico de TI que não sabe até quando fica, quer dizer sabe, pois fica só um ano e vai sair. Se aparecer uma outra oportunidade de emprego, ele larga o trabalho na Prefeitura, no meio, e vai. E estão pedindo técnicos em toda cidade; são programadores, pessoas que ganham salários adequados. Muitas vezes, a Prefeitura trabalha com salários defasados. O que vai acontecer? Nós vamos contratar dez, e eles vão ficar até alguém oferecer um salário melhor; eles vão sair e vão deixar o trabalho no meio. Esse trabalho vai ser parcelado, esse trabalho vai ter prejuízo com esse trabalho, não pela condição intelectual deles, provavelmente profissionais que vão passar serão qualificadíssimos, mas eles vão para onde forem valorizados. A Prefeitura, hoje, não valoriza o servidor de carreira; eles vão largar o trabalho no meio. Todo esse trabalho que o prefeito quer fazer não pode ser temporário, ele tem que ser permanente. Por isso, eu bato palmas para o Sindppd que está na luta, dizendo que não se faz esse tipo de projeto, não se faz. Tem coisas que eu até concordo, como ter um contrato por tempo determinado, agora tem coisas que têm que ser permanente, senão, daqui a pouco, vira uma grande esculhambação. Se eu for no posto hoje e tem médico temporário, já está assim a terceirização, e eu volto dali três meses... Como é que se faz um pré-natal de uma mãe? Como uma mãe faz o seu pré-natal, se o médico é transitório? Tem coisas que têm de ser permanente no serviço público, elas têm de ser qualificadas. A condição de trabalho, também, é outra coisa que tem que ser analisada; no projeto não coloca quais as condições de trabalho reais que esses trabalhadores terão, está só o salário. Onde eles vão trabalhar, tem os equipamentos devidos, vão cobrar o que deles, como vai ser cobrado, quais são os produtos? Então para concluir, Presidente, eu fico muito triste que o prefeito Melo comece a se transformar no prefeito do trabalho temporário. Enquanto o prefeito quer, tem emprego; quando não quiser, não tem mais. Não, serviço público é concurso; eu defendo concurso público nesta cidade. Isso precisa ser respeitado, pois a conta vai ser cara. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Registro a presença de torcedores e de integrantes de torcidas organizadas do Sport Club Internacional que acompanham os trabalhos.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Gostaria de pontuar a importância de se manter na discussão do projeto que estamos votando, principalmente porque temos uma sessão com vários itens. A gente precisa manter o tempo regimental e também a pauta a ser discutido no plenário.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver.^a Mari Pimentel. O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Bom dia, Presidente Márcio Bins Ely, vereadores, vereadoras e público que nos acompanha, especialmente, povo do carnaval, da frente quilombola, torcedores do Inter que se mobilizaram com relação ao PL das Torres, mobilização social muito importante. Creio que agora, nesse tempo que se seguirá, nós vamos ter que ampliar esse processo de organização e resistência. Então, parabéns para vocês que vieram hoje e conseguiram essa vitória do adiamento da discussão. Vamos seguir nessa luta. Sobre o tema da Procempa, Ver. Pedro Ruas, acho que, diante de um projeto desses nós temos que fazer uma análise da situação concreta da Procempa, sobre o que está em jogo hoje na empresa e, ao mesmo tempo, nos perguntar qual é o fim dessa proposta, qual é o objetivo estratégico disso. Para mim, essa é a grande questão, porque a Procempa tem um déficit de cerca de 70 funcionários, e, ao mesmo tempo, faz mais de sete anos que não tem concurso público na Procempa. Isso é um grave problema, nós precisamos de um fortalecimento desse quadro de profissionais. Os que estão hoje lá são altamente qualificados, nós fizemos uma série de debates sobre a Procempa nesta Câmara de Vereadores, e foi muito importante a participação não apenas do Sindppd, mas, especialmente, do quadro técnico da Procempa que foi à Comissão de Finanças e Orçamento, foi às audiências públicas apresentar qual é o quadro real dessa empresa, o tipo de serviço que ela produz, o quanto estratégica é para cidade de Porto Alegre em diferentes áreas, seja para fornecer internet a comunidades quilombolas, que é um tema que está em debate, a melhorar o acesso à internet nas escolas, a trabalhar serviços de acesso à saúde, a ser parte importantíssima da arrecadação do município, dar garantia ao sistema de monitoramento e cercamento eletrônico. Tudo isso a Procempa faz; por isso, acreditamos que ela deve ser fortalecida pelo Município. Não foi isso o que aconteceu ao longo do ano, especialmente na aprovação do PLE que abriu mão da Procempa como elemento central do serviço de tecnologia da informação de Porto Alegre. Agora, nós estamos diante de situações, como uma licitação que em breve o DMAE vai abrir e vai excluir a Procempa da centralidade. Então nós temos serviços públicos da nossa cidade que poderiam ser prestados com altíssima qualidade, por servidores que têm expertise acumulada ao longo de anos como parte do patrimônio público de Porto Alegre e que não vão ser prestados por essa empresa, e nós vamos para um sistema de contratações,

vamos gastar dinheiro, vamos colocar o orçamento público nas mãos do privado, isso que vai acontecer com uma empresa que é superavitária – nós não estamos falando de uma empresa deficitária, estamos falando de uma empresa superavitária. A proposta que está aqui, ao nosso ver, nessas condições, acaba fortalecendo essa lógica de enfraquecimento, porque em vez de abrir os concursos públicos para fortalecer o quadro a longo prazo, nós estamos diante de uma perspectiva de contratualização que não fortalece a Procempa. A Prefeitura teve um ano inteiro para fazer essa análise da situação da Procempa e abrir concurso público; isso poderia ter acontecido, nós debatemos o PLE lá em março, abril, fizemos essa discussão no início do ano, e, passado aquele debate, por que não se abriu uma discussão com a categoria sobre as condições de trabalho, sobre como suprir o déficit? Nós poderíamos iniciar 2022 já com um chamamento, então tem uma questão de estratégia por parte do governo com relação à Procempa que se expressa nessa proposta que a gente está discutindo hoje. Contratualizações emergenciais por vezes são importantes, nós sabemos disso, votamos a favor da contratação emergencial de professores, o nosso mandato dialogou fortemente com o governo para que acontecesse a prorrogação desses contratos, porque isso atingia diretamente as condições de vida dos educadores e também o próprio sistema municipal de ensino, que ia ficar com dificuldades no meio do ano letivo. Na semana passada, votamos favoráveis também à contratação de trabalhadores na área da limpeza, da cozinha, nas escolas, fizemos essa discussão, mas no caso que a gente está debatendo, o tema é outro. Nós poderíamos, hoje, estar discutindo aqui o fortalecimento da Procempa e do seu quadro técnico, inclusive pensando a longo prazo, pois é essa a visão de uma cidade que se diz como parte do futuro da tecnologia, uma cidade que quer se ter na palma da mão tem que ter, é a tecnologia, a ciência da informação trabalhada pelo Estado, pelo poder público, a serviço da população, com quadro técnico que seja parte da estrutura municipal, e não contratado de forma emergencial para que daqui a alguns anos esses cargos que hoje estão em vacância voltem a ficar desocupados já num contexto em que a Procempa não presta o serviço que deveria prestar para o Município, porque a gente está aí num emaranhado de novos contratos que vamos ver surgir, num contínuo desprezo do papel dessa empresa na cidade de Porto Alegre, e não é isso que nós queremos. Nós temos um compromisso com os trabalhadores da Procempa, com o serviço que ela presta ao Município, com a cidade de Porto Alegre de ter a tecnologia da informação a serviço da maioria da nossa população como um serviço público. É isso que nós defendemos, e por isso que não há condição de votar favorável a esse projeto Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Bom dia, Presidente, bom dia colegas vereadores e vereadoras, bom dia população que nos assiste aqui na Câmara,

bom dia população de Porto Alegre; quero parabenizar aqui a mobilização dos torcedores do Inter, o pessoal do samba, os quilombolas. Foi um dia de uma pequena vitória, mas ela é muito simbólica. Parabéns! Quero tratar aqui sobre o projeto de lei dessa contratação temporária da Procempa, lembrando que nós somos presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Procempa e temos que saber que, como foi argumentado aqui, nós temos sete anos, já amargamos sete anos sem concursos para a Procempa, esse órgão tão importante para a Prefeitura de Porto Alegre, para a população de Porto Alegre, que foi essencial durante a pandemia, que faz a ligação dos serviços de saúde, de assistência social do Município e que vem sendo atacado pela Prefeitura no último ano. Nós estamos solidários, estamos lutando junto com servidores da Procempa, lutamos muito aqui contra o projeto que praticamente autorizou a privatização daquela empresa, e esse projeto nos preocupa na medida em que ele, aparentemente, ao invés de defender concursos públicos, define por contrato temporários precários, por isso não temos acordo total com esse projeto. Entendemos a importância desses contratados, entendemos o objetivo, mas também compreendemos que esse projeto está no âmbito mais amplo de entrega e destituição do papel da Procempa. Eu deixo aqui a nossa solidariedade, o nosso apoio aos servidores e servidoras da Procempa, e esperamos que a Prefeitura, em breve, faça abertura de um novo concurso e contrate esses servidores.

Quero deixar aqui também uma preocupação, porque em breve estaremos votando o projeto da estratégia de saúde menstrual das mulheres em situação de vulnerabilidade, e eu espero, mais uma vez, que não aconteça o que aconteceu aqui com a Ver.^a Lourdes, eu espero que não seja operado nesta Casa o que foi operado contra a Ver.^a Lourdes. Nós tivemos um acordo com a Prefeitura, dialogamos com o secretário Léo Voigt, com o secretário Mauro Sparta, com o secretário Cassio Trogildo, com toda a Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura para que o projeto fosse aprovado. Nós sabemos que a Mari Pimentel e que a Nádia, entre outros parlamentares, já estão articulando a derrubada desse projeto essencial – que inclusive já tem uma lei orçamentária e uma emenda destinada para esse projeto – que nós estamos custurando com a Prefeitura. Eu espero que mulheres não tomem essa iniciativa de tentar derrubar esse projeto, porque é um absurdo um projeto que tem destinação orçamentária, que foi construído junto à Prefeitura, seja atacado aqui por causa de protagonismo de indivíduos, de vereadores e vereadoras que não querem protagonismo de esquerda, que não querem uma política pública para as mulheres. Então fica o alerta e eu espero que durante a votação a gente não tenha surpresas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Laura Sito assume a presidência dos trabalhos.)

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Acredito que nós aqui, dentro do Regimento da Câmara de Vereadores, temos oportunidade para que todos vereadores nos seus projetos ou nos projetos de outros parlamentares possam discutir e possam

encaminhar. Então eu tenho certeza de que a gente não precisa usar projetos que não são meritórios naquela iniciativa para falar sobre um outro projeto. Acho que é importante a presidência manter a coerência, pois, como eu falei, nós temos uma pauta extensa hoje e nós vimos aqui pelo menos três parlamentares subirem ali e falar em qualquer outra coisa, mas não o que nós estamos votando hoje. Então gostaria que mantivesse a ordem no plenário para que a gente consiga fazer esse último dia com resultados positivos para a cidade de Porto Alegre. Eu tenho certeza que o debate é ótimo aqui nesta Casa e nós temos um momento de discussão e encaminhamento para realizar isso, e não utilizar a pauta de outros projetos.

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): Obrigada, Ver.^a Mari. Na verdade, todos que subiram ali até agora falaram do projeto em debate, ainda que talvez não só.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidenta Ver.^a Laura, neste momento presidindo os trabalhos, respeitando aqui o colega que está na tribuna, eu acho que foi tempestiva a vinda da minha colega na medida em que o vereador coloca a exposição de um problema enfrentado no dia de ontem, numa sessão extraordinária também, de um projeto de lei, mas naquela ocasião havia um acordo de votação em bloco e não houve tempo, e teve a sensibilidade do vereador-autor de até retirar para um novo debate. Eu acho que isso é bom para a Casa. Obrigado.

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, Presidente desta Casa, bom dia a todos, telespectadores da TVCâmara – eu vejo aqui as torcidas organizadas do Internacional. Eu que nasci em 1979, fui tricampeão invicto, eu sou colorado, sou sócio do Inter, sou sócio do Parque Gigante. Eu, particularmente, acho que todo projeto de empreendedorismo, todo projeto imobiliário é bom para cidade. Mas acho que a gente tem que ter conhecimento das coisas na plenitude, um projeto tem começo, meio e fim, e eu gostaria, sim, de ter conhecimento do projeto do Internacional, *a priori* é óbvio que eu vou ser favorável, mas eu quero saber o que está acontecendo, quero saber quais são as contrapartidas. Acho importante, sim, se dar uma contrapartida e uma ajuda para as escolas de samba, mas acho importante também uma contrapartida para as torcidas organizadas do Internacional, porque quando o Internacional estava mal, quando estava em dificuldade, as torcidas organizadas estavam lá fazendo a sua parte. O projeto é importante, acho que temos que debater, sim, acho que ele ainda não está maduro, mas, no momento apropriado, espero estar junto com os vereadores, para que possamos chegar ao melhor entendimento.

Em pauta aqui um projeto importante que trata sobre a contratação de profissionais da área da informática para Prefeitura de Porto Alegre. Quero ressaltar aos colegas vereadores que a nossa Constituição de 1988, da República Federativa do Brasil, que entrou em vigor em 1989, sofreu mais de cem emendas constitucionais, e

uma das emendas constitucionais foi a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, no *caput* do art. 37; hoje nós migramos da administração burocrática para a administração gerencial. Quais são os princípios básicos da administração pública? Legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, e se colocou, em 1998, o princípio da eficiência. O que é o princípio da eficiência? É se fazer mais, com menos. Utilizar o dinheiro público com muita retidão, com muita eficiência, com muita parcimônia. E, por óbvio, as tecnologias da informação estão sempre mudando, a todo momento. Aquele profissional de informática que se formou há 20 anos e não se atualizou, ele está obsoleto. Isso acontece em todas as profissões: na administração, no direito, na medicina e, por óbvio, na informática, que talvez seja a matéria em que as coisas mudam com maior velocidade. Lembro que, nos primórdios dos anos 1990, eu fiz o curso de MS-DOS, curso de Cobol, muito antigos, hoje em dia mudou muita coisa. Então nós temos que trazer profissionais que estão atualizados no mercado – às vezes, um profissional tem 50 anos de idade, 20 anos de experiência, mas tem um menino de 20 anos, que é um *hacker*, o guri é um monstro e merece uma oportunidade –, nós temos que contratar os melhores profissionais. Se, depois, através do livre mercado, da concorrência, da liberdade econômica, eles conseguirem empregos melhores, melhores salários, bom para eles, mas nós temos que pensar neste momento. A Prefeitura de Porto Alegre está com um déficit enorme na área de informática, na tecnologia de informação. Não é possível que as empresas privadas tenham tecnologia de ponta; e no serviço público, nós tenhamos uma tecnologia obsoleta. Então, eu sou favorável ao projeto, podem contar conosco, e não esqueçam, na administração pública, nós temos que pensar primeiro nas pessoas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Laura Sito, Presidente; demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste, esse é um projeto importante, ao contrário do que muito escutei de alguns vereadores, a importância desse projeto vem ao encontro de tudo aquilo que a política pública tem se definido, não só nesta Legislatura, como na Legislatura passada: dar mais efetividade, mais eficácia ao governo, trazendo mais agilidade dos processos. Por isso votarei favorável a esse projeto que libera o Município para que, através de processo seletivo, possa contratar, Ver. Alvoni, dez pessoas para tratar da tecnologia de informação e comunicação, tendo em vista nós já termos aprovado um projeto que autoriza o Município a contratar empresas que prestem serviços de tecnologia, ao invés de ficar amarrado somente na empresa Procempa. Para que o Município possa fazer essa contratação, ele precisa de pessoas qualificadas, que tenham conhecimento, e a empresa Procempa, lá na sua origem, ela não tem essas vagas em tecnologia de informação e comunicação nos seus quadros. Como a Prefeitura precisa fazer as contratações dessas empresas para

prestarem serviço para o município de Porto Alegre, é preciso ter profissionais que entendam do assunto para orientar nos contratos. Portanto esse projeto, se aprovado, dará essa oportunidade de agilidade e velocidade para que o Município tenha, através de um processo seletivo, pessoas qualificadas, e posteriormente, já em andamento, conforme consta aqui no projeto de lei, já aberto um processo de concurso público para que o município de Porto Alegre contrate profissionais de tecnologia, para dar seguimento. Então, temporariamente, para que possamos fechar esses contratos, e a Prefeitura possa dar andamento a essas contratações, conforme lei anterior aprovada, é necessário ter a aprovação desse projeto. Votarei favoravelmente a esse projeto, e peço aos nossos pares que leiam com atenção o quanto é importante a sua aprovação.

Quero o aproveitar os minutos finais da minha fala, para dizer que ontem eu estava *on-line* – *on-line* eu não gosto de fazer o debate – e fui atacado demais, principalmente pelos vereadores do PT, de forma inclusive desrespeitosa. E quanto mais sou atacado pelos vereadores do PT e por seus militantes que entram nas minhas redes para me atacar, mais eu vejo que estou no caminho certo, porque pensar diferente do PT me diz que eu estou no rumo certo, Ver. Cassiá; então mais eu vejo que as minhas atitudes estão corretas e são o melhor para a cidade de Porto Alegre, principalmente quando tomei decisões acertadas de procurar um partido que pense de forma abrangente, que pense melhor para cidade Porto Alegre. Meus colegas petistas que gostam de me atacar, continuem me atacando, pois isso demonstra que eu estou no caminho certo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): A Ver.^a Karen está com a palavra para discutir o PLE nº 042/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Presidenta Laura, meus colegas vereadores, subo a esta tribuna para discutir este projeto tão polêmico para nossa cidade de Porto Alegre. O voto contrário, a discussão...

(Manifestações paralelas.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): Só um pouquinho, Ver.^a Karen. Está assegurado o seu tempo. Ver. Mauro Pinheiro, eu solicito respeito no plenário, por favor. Há uma vereadora falando. Por favor, respeito entre os vereadores aqui. Por favor, segurança da Casa, se puder auxiliar. Vamos restabelecer a ordem no plenário, colegas vereadores. Uma colega está no púlpito fazendo a sua intervenção. Por favor, colegas vereadores, ordem. Eu ouvi muitos falando que são homens, acredito que, quando nasceram, receberam esse certificado. Por favor, agora vamos dar prosseguimento. Gostaria de devolver a palavra à Ver.^a Karen, se os colegas puderem auxiliar, mantendo a ordem do plenário e o respeito. Muito obrigada. Ver.^a Karen, o tempo lhe será devolvido.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): É um desrespeito muito grande, Laura. É importante, sim, pontuar que, uma mulher na presidência, outra na tribuna, eles não conseguem, eles têm que resolver as suas rixas pessoais e desrespeitam toda a organização do espaço. É muito legal pedir respeito do público ao mesmo tempo que, aqui embaixo, não existe respeito nenhum.

Subo a esta tribuna para encaminhar contrariamente a esse projeto que a gente vem discutindo, um projeto de extrema importância, muito triste ver que os vereadores seguem se atacando aqui no plenário ao invés de ficar debatendo os rumos da nossa empresa pública de processamento de dados. Nós somos contrários à contratação de funcionários de TI, funcionário de TI é a memória do Município, a gente não pode deixar isso, de uma forma precária, expresso nesses contratos, justamente porque outras empresas visam acessar o município de Porto Alegre no que hoje é um tesouro do século XXI, como os dados e a inteligência da informação, que é o que a gente tem que valorizar no sentido da garantia pública e no sentido da garantia de manter esses registros sob controle público. Nós não compreendemos a necessidade de descentralizar, a partir dessa relação de contrato, esse perfil de funcionário; a gente entende, sim, que é importante fortalecer a Procempa no sentido de termos servidores de carreira a partir de concurso público. Essa é a única garantia que nós temos de manter esse capital tecnológico sob posse de uma empresa pública, e nesse sentido esse projeto vem para descaracterizar ainda mais essa empresa pública que é um tesouro do Município. Todos os dados dos porto-alegrenses passam pela Procempa, é disso que nós estamos falando. Numa era de ataques tecnológicos, de roubo de dados, de que isso é utilizado por empresas para captar novos potenciais consumidores, nós não podemos permitir que os dados do município de Porto Alegre fiquem descentralizados nas secretarias, não havendo uma segurança digital por parte da Procempa, que controla e consegue dar encaminhamentos aos processos. A Procempa é fundamental nesse sentido, ela tem que ser fortalecida, por isso o encaminhamento contrário a este projeto.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 042/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Karen Santos, a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 042/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 21 votos **SIM**, 08 votos **NÃO** e 02 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): **APROVADA** a Mensagem Retificativa nº 01 ao PLE nº 042/21.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Matheus Gomes, o PLE nº 042/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 23 votos **SIM**, 07 votos **NÃO** e 03 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE LAURA SITO (PT): APROVADO o PLE nº 042/21.

(O Ver. Idenir Cecchim assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Leonel Radde, solicitando a retirada de tramitação das Emendas nºs 01 e 06 ao PLL nº 069/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 05 ao PLL nº 069/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando a retirada da tramitação das Emendas nºs 07 e 10 ao PLL nº 069/21.

Apregoo a Emenda nº 11, de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo e do Ver. Leonel Radde, ao PLL nº 069/21.

Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 11 ao PLL nº 069/21.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em votação os requerimentos acima citados. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADOS**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Com relação ao PLL nº 069/21, registramos que as Emendas nºs 01, 05, 06, 07, 08 e 10 foram retiradas pelos respectivos autores. As Emendas nºs 02, 03 e 04 foram consideradas prejudicadas por receberem parecer unânime na CCJ, mantido em contestação. Portanto, restaram as Emendas nºs 09 e 11.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0223/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 069/21, de autoria do Ver. Leonel Radde, que cria o Programa de Promoção da Saúde Menstrual no Município de Porto Alegre. (SEI 208.00081/2021-45)

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto e das Emendas nºs 01 e 05, e pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação das Emendas nºs 02, 03 e 04.

Observações:

- com Emendas nºs 01 e 06, do Ver. Leonel Radde;
- com Emenda nº 05, da Ver^a Cláudia Araújo;
- com Emendas nºs 07 e 08, da Ver^a Cláudia Araújo (líder da Bancada do PSD);
- com Emenda nº 09 (destacada), da Ver^a Karen Santos e dos Vers. Leonel Radde e Roberto Robaina (líder da Bancada do PSOL);
- com Emenda nº 10 (destacada), da Ver^a Cláudia Araújo (líder da Bancada do PSD) e do Ver. Leonel Radde;
- restaram prejudicadas as Emendas nºs 02, 03 e 04, conforme o disposto no § 2º, inc. I, do art. 56 do Regimento;
- adiada a discussão por duas Sessões em 09-12-21;
- incluído na Ordem do Dia em 01-12-21 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): Em discussão o PLL nº 069/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Bom dia, Presidente; bom dia, colegas vereadores e vereadoras, população que nos assiste e população de Porto Alegre. Hoje temos um projeto muito importante sendo votado, que é de estratégia da saúde menstrual de Porto Alegre, que tem como objetivo a distribuição de absorventes íntimos para a população de baixa renda; para as pessoas que menstruam para as meninas, para as mulheres, para a população trans, que necessitam desse bem básico. Existem pesquisas que nos demonstram que praticamente 25% das mulheres no nosso País têm algum tipo de dificuldade de acessar esse bem básico de higiene. Esse projeto foi construído de forma conjunta e foi trazido ao nosso mandato pela Carla do GAPA, a quem eu saúdo. Quero saudar também a Rossana Prux, nossa dirigente setorial das mulheres do Partido dos Trabalhadores; quero parabenizar aqui algumas vereadoras que trabalharam, de uma forma ou de outra, dentro desse projeto: Ver.^a Karen, Ver.^a Bruna, Ver.^a Daiana, Ver.^a Laura, Ver.^a Cláudia, Ver.^a Mônica e Ver.^a Lourdes, que de uma forma ou de outra, auxiliaram e construíram conjuntamente. Quero agradecer também à Júlia, das políticas públicas, que está no nosso mandato, e tantas e tantas mulheres que trouxeram essa demanda, que construíram e que entenderam a urgência dessa pauta, desse projeto que está sendo votado hoje, com a Emenda nº 11. É bom que se diga que a Emenda nº 11 foi uma construção da Prefeitura, do secretariado, do secretário Léo

Voigt, do secretário Cassio Trogildo, do secretário Mauro Sparta. Quero agradecer muito também à Ver.^a Karen pela oportunidade de interlocução com a Prefeitura. Essa Emenda nº 11, junto com o projeto e com a emenda que a Ver.^a Bruna apontou na lei orçamentária, que vincula essa política pública, demonstra que ela é suprapartidária, que envolve uma série de atores, agentes e partidos, que ela é uma preocupação como política pública e que vai favorecer milhares de mulheres, milhares de meninas, milhares de seres humanos da nossa capital, e nós não podemos abdicar de que seja aprovada na Câmara. Está muito longe do ideal, nós reconhecemos, mas também reconhecemos que é importante que tenha um início, e o início será em Porto Alegre, porque é um símbolo nacional. É bom que se lembre que em nível federal existe um debate sobre o mesmo tema, isso teve uma grande repercussão, e Porto Alegre pode estar sendo precursora, pode estar na vanguarda dessa política pública que vai atingir principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Eu peço que vereadores e vereadoras da Câmara Municipal de Porto Alegre aprovem esse projeto, que tenham essa sensibilidade, que tenham essa percepção da relevância, porque é um projeto que foi construído por diversas forças políticas e que tem que ser implementado com urgência, principalmente por causa da pandemia, por causa da crise econômica, por causa do desemprego, da diminuição da renda dos trabalhadores e trabalhadoras e porque, muitas vezes, essas meninas não conseguem nem ir à escola tamanha dificuldade que têm. Isso gera repercussão inclusive em doenças, em outros tipos de distúrbios decorrentes do não acesso a esse bem básico de higiene. Esperamos a aprovação, contamos com a aprovação desse nosso projeto e agradecemos a todas as mulheres, a todas as pessoas que construíram juntas essa iniciativa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE IDENIR CECCHIM (MDB): A Ver.^a Laura Sito está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADORA LAURA SITO (PT): É fundamental que nós possamos fazer debates que se relacionem, de fato, com a garantia de dignidade para o povo e com a redução de desigualdades, e esse é um projeto estratégico no sentido humano, mais humano possível no sentido da compreensão do que é a luta do combate às desigualdades sociais que nós temos no País, porque esse tema da pobreza menstrual revela de maneira tão perversa como a desigualdade socioeconômica é capaz de ferir a dignidade humana de uma maneira que talvez – talvez, não, com certeza – só as mulheres compreendam na sua totalidade. Esse projeto apresentado pelo Ver. Leonel Radde e apoiado por um conjunto de vereadoras desta Casa, especialmente um conjunto de vereadoras desta Casa, traz para Porto Alegre um debate nacional que foi feito duramente na Câmara dos Deputados, duramente no Senado e que, lembro aqui, foi vetado pelo Presidente Jair Bolsonaro, que trata da distribuição de absorventes para meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Esse veto não foi um veto ao

projeto, ele foi um veto à saúde pública, um veto à dignidade humana de um conjunto de mulheres que, de fato, não tem condições de mensalmente garantir a sua dignidade menstrual. Lembro aqui diversas matérias que apresentaram como esse fator invade a vida das mulheres e das meninas, as meninas acabam tendo evasão escolar; quantas vezes as mulheres apenas recebem, na verdade, um *kit* de saúde igual ao de um homem e, muitas vezes, acabam tendo que lidar com a sua menstruação com materiais extremamente invasivos, ocasionando uma série de problemas de saúde. Portanto, nós tratamos aqui também de um tema de saúde pública – eu gostaria aqui de pontuar isso. Não sei se todos os colegas conhecem na profundidade esse tema, mas, com certeza, quem compreende percebe a importância de a rede pública de saúde, a educação, a assistência garantir insumos para a higiene menstrual das nossas mulheres. No Brasil, 23% das meninas entre 15 e 17 anos não têm condições financeiras de adquirir produtos para a sua higiene menstrual. Isso se soma a problemas estruturais do nosso País, como a falta de água encanada, de saneamento, muitas pessoas inclusive não têm banheiro dentro de casa, problemas que afetam especialmente as meninas pobres negras, sendo que 65% lidam mensalmente com dificuldade em relação a sua higiene menstrual, no Brasil. Muitas questões de evasão escolar, 4 milhões não têm acesso ao cuidado menstrual na escola, além disso, 213 mil estão em escolas onde não há sabonetes, água, absorventes e banheiros. Eu estudei em escola pública, sei exatamente o que é essa realidade, a gente não tem, inclusive, no banheiro, elementos mínimos para a assepsia, quem dirá absorventes. Isso é razão para que uma a cada quatro meninas já tenha faltado à aula no Brasil por não poder comprar absorventes. Estabelecer uma política de promoção da saúde menstrual é, na verdade, a garantia do acesso à escola, do acesso à saúde, à assistência social e, principalmente, a uma condição de dignidade cidadã. Eu tenho esse compromisso com esse tema, tenho uma campanha que faço com o Coletivo Multiplicidade, meu mandato, nós arrecadamos doações de absorventes para doações para escolas da cidade de Porto Alegre. Obviamente vou votar favorável e trouxe esses dados aqui para que os colegas vereadores – especialmente os colegas vereadores homens, já que o Ver. Leonel citou aqui que praticamente todas as vereadoras mulheres estão comprometidas com essa pauta, portanto, a minha fala é especialmente direcionada aos vereadores homens – tenham a sensibilidade de votar favoravelmente a este projeto. Não é à toa que ele foi construído com diversas secretarias, não é à toa que o Ver. Leonel passou todo ano de 2021 trabalhando em torno desse tema, que é um tema fundamental. Ele é um tema fundamental no acesso à educação, no acesso à saúde, no acesso à dignidade das meninas e mulheres da nossa cidade. Por muitas vezes eu, durante toda essa caminhada em defesa da dignidade menstrual, percebo o quanto os homens não têm nenhuma abertura para refletir em relação a esse tema. Então, eu espero aqui que os colegas possam ter essa sensibilidade e possam aprovar esse projeto extremamente meritório, extremamente importante que se relaciona à vida da maioria da população, que são as mulheres deste País, desta cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Bom dia, todos e todas; subo também para saudar a iniciativa desse projeto, que é uma pauta inclusive da UNESCO, uma necessidade que se potencializou na pandemia da covid-19, uma questão de saúde pública, porque a falta de higiene promove infecções, promove vírus, promove problemas, sobretudo para aquelas pessoas que menstruam, de camadas sociais mais desfavorecidas. Então é um projeto que visa trazer dignidade, dignidade para as nossas comunidades, dignidade para as escolas, porque, muitas vezes, são as escolas que organizam, através das direções e dos grupos de professores, as doações. Eu, enquanto professora da rede estadual, na nossa escola, tinha também essa iniciativa de garantir, a partir do nosso recurso mesmo, de professores, os absorventes descartáveis para distribuir para os estudantes da nossa comunidade. É uma iniciativa que já acontece há muito tempo na rede, e é muito relevante que a Prefeitura assuma para si essa campanha de distribuição dos absorventes descartáveis. Nós temos uma emenda, que coloca também a campanha permanente de conscientização. Menstruar ainda é um tabu, uma de cada quatro crianças, pessoas que menstruam deixam de frequentar a escola por não terem recursos para comprar o absorvente; então, esse é um problema econômico, é um problema de gênero, é um problema de dignidade. Não dá para fazer somente as campanhas, acho que é fundamental ter as redes de solidariedade, e também o poder público assumir para si essa competência de, com as cestas básicas que são distribuídas pelas FASCs, conseguir também garantir o *kit* de higiene, para a gente tentar amenizar essa pobreza menstrual, essa desigualdade que existe dentro das nossas comunidades de Porto Alegre. A nossa emenda é no sentido de uma campanha permanente de conscientização, organizada a partir da rede municipal de ensino, que é que abarca boa parte das meninas, das garotas, das pessoas que menstruam. Para nós, é fundamental, junto com a distribuição, que haja também palestras, debates, distribuição de adesivos, possibilidade de a gente desmistificar isso hoje, pois a nossa sociedade, majoritariamente, é formada por mulheres, mas não construída por nós, então, é fundamental a gente conseguir seguir nesse sentido da liberdade, da dignidade, do respeito, desmistificando a menstruação, que eu acho fundamental. Quero saudar as iniciativas que vieram nesse sentido de garantia e distribuição dos absorventes e colocar também importância de ter esse diálogo constante através de palestras e oficinas com as comunidades que vão ser beneficiadas.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, vejam como é a vida. Um projeto bonito desses, um projeto bacana... Eu tenho duas filhas, uma de um ano, e uma de onze anos, e a de onze anos está quase menstruando. Graças a Deus, o pai dela tem condições de comprar absorvente para ela, mas imaginem a quantidade de crianças que vão menstruar e infelizmente não têm condições. Então, é um projeto muito bom, muito bacana. Ele é tão bom que eu também protocolei um projeto nesse sentido. Mas o meu colega Radde protocolou este projeto uns dias antes, e nós, de forma técnica, retiramos o nosso para apoiar o dele. É um projeto muito legal, um projeto que vai ao encontro do interesse das pessoas. Como eu já falei outras vezes aqui na tribuna, eu não voto num projeto porque é do fulano, do beltrano; eu voto em projetos bons. Embora esse projeto tenha sido protocolado pelo Leonel Radde, com o apoio das gurias da esquerda radical, eu vou votar, *a priori*, favorável. Claro, de repente, a gente faz alguma alteração neste projeto, mas acho um projeto bom. Quero dizer que este projeto não é do Ver. Leonel Radde; é um projeto dos vereadores de Porto Alegre, ele já existe em diversas cidades do País. Mas eu quero que vocês vejam a incoerência das coisas. O pessoal da base e os independentes vão votar favorável a este projeto da oposição, mas por que eles não votam nenhum projeto nosso? Projetos maravilhosos. Simplesmente por uma questão de estratégia. Quem está nos assistindo analise a votação do pessoal da esquerda. Em todos os nossos projetos, eles são contra. Mesmo projetos excelentes. Então, falta coerência. Um dos vereadores que sempre faz isso é o Jonas Reis, "o povo de Porto Alegre". Muitas vezes, são projetos bons, mas ele volta contra, porque não são da esquerda. Isso é uma injustiça. Nós temos que pensar é nas pessoas. Nós não podemos, por vingança pessoal, prejudicar quem mora em Porto Alegre. A mulher menstrua, mulher dá vida, e ela tem, sim, que ter direito a essa ajuda, a esse auxílio. Então, este projeto, independente de quem quer que seja, é um projeto bom. Talvez, a gente faça alguma alteração, mas, *a priori*, o nosso voto é favorável, porque nosso mandato é pensando nas pessoas.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Bom dia, colegas, mais uma vez utilizando a tribuna para falar deste projeto do Ver. Radde, que conta com uma série de iniciativas nossas, inclusive, nominadas aqui pelo vereador, um projeto que trata da pobreza menstrual e de como ela deve ser combatida. Uma reflexão social que nós devemos fazer é que a pobreza menstrual não pode ser um problema das mulheres. Nós precisamos encarar a pobreza menstrual enquanto um problema social que, nós, juntos, precisamos combater. A partir da nossa iniciativa de relatoria, tanto da LOA quanto na CEFOR, acompanhando o PPA, nós fizemos algumas emendas tanto impositivas quanto não impositivas, entendendo a importância desse tema, entendendo o quanto impacta a vida das mulheres, acima de tudo das mulheres de periferia que

enfrentam dias difíceis por não terem acesso ao absorvente. Aqui na Câmara de Vereadores, a partir da LOA, nós fizemos uma emenda no sentido de o Executivo encarar como sua responsabilidade, já que uma menina, em cada quatro, deixa de ir para escola porque não tem absorvente. Nós precisamos ter medidas efetivas que combatam esse problema, algo que, na verdade, é natural para as mulheres todos os meses. Nós precisamos entender que, quando as meninas não têm absorvente, esse é um problema social e também é um problema de saúde. Eu fico muito triste quando recebo mensagens de meninas que utilizam miolo de pão, de meninas que utilizam jornal. Se isso não nos impacta! Todos nós aqui temos mãe, irmãos, irmãs, e é preciso que a gente reflita sobre esse tema sob a óptica social. Às vezes, eu ouço dizerem que a menstruação é um problema das mulheres, como se nós todos não tivéssemos mulheres no nosso cotidiano. Eu encaro a pobreza menstrual como um problema social e que nós precisamos, juntos e juntas, lutar para que isso se resolva, Ver.^a Laura. Assim como a comida na mesa é fundamental, ter o absorvente, para que as nossas meninas possam ter acesso à dignidade, é fundamental também. Então, nós tivemos, a partir disso, uma série de iniciativas, e nós precisamos, conjuntamente, aprovar, por unanimidade, esse projeto. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadores e público que nos assiste pela TVCâmara; eu gostaria de explicar um pouquinho como funciona, hoje, na prática, a pobreza menstrual na nossa cidade. Por que isso? Quatro projetos foram colocados nesta Câmara de Vereadores, neste ano, sobre a pobreza menstrual. O primeiro, de autoria do PT, do Leonel Radde; o segundo, da nossa Ver.^a Mônica Leal; o terceiro, do Alexandre Bobadra; e o quarto, do PSOL, de autoria da Ver.^a Karen. E eu gostaria de dizer que é muito meritório a gente debater esse tema aqui na nossa cidade. A gente vê, sim, que países, que conseguiram implementar ações de combate à pobreza menstrual, conseguiram evoluir nos números da educação, o que nós consideramos muito pertinente para que a gente consiga ter uma cidade com menor desigualdade educacional. Gostaria de reenfatizar, que, além do mérito, nós temos que avaliar a forma, por isso que eu gostaria de explicar que hoje, na nossa rede municipal, nós temos o PAR, ou seja, a SMED, a secretaria de educação repassa uma verba livre para toda a escola do nosso Município. As escolas do nosso Município têm a liberdade de não precisar utilizar uma licitação e nem um meio burocrático para fornecer absorvente para as nossas crianças, garantindo, assim, toda a dignidade menstrual que essas meninas precisam. Sim, esse PAR, hoje, não é transparente, mas eu consegui protocolar um projeto de lei que foi aprovado nesta Câmara de Vereadores para que o PAR seja transparente e que nós, vereadores, a comunidade escolar e todo o cidadão de Porto Alegre possa ver na rubrica “compra de

materiais de higiene e limpeza”, o quanto está sendo gasto para a aquisição de absorventes caso uma escola diga que não tem absorventes para distribuir para as suas crianças. Eu gostaria de enfatizar que políticas de transparência são extremamente importantes para que a gente consiga ver a política pública indo lá na ponta, para que a gente consiga comprar, aquela diretora, aquela gestora, porque as nossas crianças, por vezes, não estão indo para a sala de aula, uma vez que existem recursos para serem utilizados para o combate à pobreza menstrual. Então gostaria de enfatizar que a melhor maneira de a gente estar construindo uma solução e uma política pública para a pobreza menstrual, deveria ser uma indicação ao Executivo e não via mais projetos de lei, porque a gente sabe que leis, por vezes, estão lá. Nós temos milhares de leis no nosso Município, no nosso País e a gente não consegue trazer políticas públicas eficientes. Reforço a todos os vereadores que, sim, é um tema importantíssimo, meritório para a nossa cidade, mas a forma que está sendo construído não está sendo a mais eficiente, por isso gostaria de reforçar que hoje eu protocolei uma indicação, já convidei o nosso colega Ver. Leonel Radde, que fez toda a articulação e tem o mérito dessa construção também, como os demais vereadores da base e da oposição, para assinarem juntos e que a gente consiga cobrar do Executivo políticas públicas eficientes para as nossas crianças estarem em sala de aula da maneira mais digna possível. Nós sabemos também, que o PAR, hoje, nas nossas escolas, por vezes, não atende toda a demanda, e por isso nós estamos já encaminhando, na indicação, um aumento do repasse do PAR, porque hoje o repasse do PAR é calculado de uma maneira que, por vezes, não é eficiente. Nós temos escolas grandes, com poucos alunos, que têm um custo alto e ganham um repasse pequeno; outras escolas grandes, com espaço pequeno, ganham muito dinheiro. Então nós precisamos começar a debater esses assuntos, mas por via de transparência, por via de articulação com o Executivo, e não colocando mais leis e mais leis no nosso Município, burocracia só irá atrapalhar nossas crianças, e reforço: este projeto de lei está entrando no caráter de crianças incluídas no Cadastro Único. Nós sabemos que existem inúmeras famílias que, por vezes, são negligentes com as nossas mocinhas, como assim eram chamadas as meninas quando entravam no seu período menstrual. E por que eu falo isso? Porque não foram uma ou duas meninas que me reforçaram que a mãe não as levou ao ginecologista quando viraram mocinhas e tiveram seu período. Por isso eu gostaria de reforçar que a escola é onde essas crianças estão no seu dia a dia, não é no posto de saúde, não é no CRAS, é lá na escola, é aquela diretora, aquela professora que conhecem aquela criança no seu dia a dia, que, por vezes, vão conseguir acompanhá-la da maneira mais eficiente e conseguir dar a dignidade que ela precisa. E, por vezes, não é via CadÚnico e mais burocracia e, sim, com políticas públicas eficientes. Agradeço a oportunidade de estar discutindo aqui o tema e considero que é importante a gente continuar debatendo neste Parlamento e estar cobrando do Executivo políticas públicas eficientes.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Obrigada, querido Presidente. Eu acho que do mérito deste projeto ninguém duvida, e aqui eu falo enquanto mulher, porque eu vejo que muitas vezes os vereadores homens ficam constrangidos em falar "não" para uma coisa que me parece um tanto quanto também ética. Falar sobre menstruação choca todos nós quando sabemos que há mulheres e adolescentes que não têm recursos próprios para comprarem seus absorventes, mas nós não podemos aqui pensar que dinheiro sai de árvore. Eu gosto muito de uma fala do Melo, que diz que quem faz o projeto deve dizer de onde sai o orçamento, e escutei bem aqui que a Ver.^a Bruna tem uma emenda que repassa o valor para a compra desses absorventes. No entanto, vereadores, essa emenda é finita, ela termina, ela tem um prazo de validade, a não ser que a Ver.^a Bruna se perpetue na Câmara de Vereadores e todas as vezes ela repasse essa emenda para a compra de absorventes; caso contrário, terá problema, o Executivo, em ter efetivamente um vínculo de recurso específico para essa demanda. Importante a gente falar, e aqui eu volto a fazer um aproveitamento da fala da Ver.^a Mari Pimentel, é por conta da compra e entrega dos absorventes via PAR. Nós poderemos solicitar o aumento desse valor que já existe e é um programa que garante os recursos para as escolas para comprarem esses itens essenciais, necessários, que, aliás, têm sido comprados; muitos não têm sido utilizados por que não há o pedido. A própria FASC também tem um recurso específico para isso. Então aqui não é o caso de ser contra o mérito do projeto, apesar da ameaça feita pelo Ver. Leonel Radde, não é com ameaça que a gente concorda ou discorda de projetos, mas sim com a viabilidade que aconteça por parte deles. Enfim, aqui é um momento de discussão, enquanto mulher me sensibilizo, acredito que temos que fazer, mas acredito também, já assinei o indicativo da Ver.^a Mari, inclusive eu a vi ontem, conversando muitas vezes com o Ver. Leonel Radde para que mudasse o enfoque dessa compra de absorventes e pudesse fazer um indicativo, inclusive, para que a gente possa fiscalizar e cobrar o aumento via PAR. Era essa discussão que eu queria fazer para que todos os vereadores também tivessem a responsabilidade fiscal neste momento, para que se tenha um projeto aprovado, que ele seja perpetuado a partir de um orçamento realmente existente. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Com uma série de equívocos que vem se sucedendo, acho que é importante fazer essas avaliações de forma bem específica, primeiro, porque o projeto, meritório, necessário e urgente trata de algo que é fundamental que é o cuidado com a saúde; pode parecer que em algum momento essa não seja uma perspectiva mais adequada, mas é um cuidado com a saúde,

um cuidado com a saúde menstrual das pessoas que menstruam. Eu nem vou utilizar esses cinco minutos porque quero fazer só um adendo, algo que é fundamental aqui: este projeto, mais uma vez digo meritório, fala dessa distribuição para rede pública da saúde, da educação e da assistência social do Município, e aí é que se encontra o equívoco, porque alguns que me antecederam colocaram aqui como se fosse específico para a educação, que ora, em alguns espaços, já faz essa distribuição. Algumas escolas que se organizam por conta própria, com os próprios recursos, compram os absorventes e fazem a distribuição para essas pessoas que menstruam, mas este projeto amplia essa discussão, amplia as possibilidades e trata, de novo digo, de forma muito específica e bem, muito bem colocado, aliás, Ver. Leonel Radde, daquilo que é importante e necessário: assistência social, saúde e educação. A gente precisa olhar para isso. Num período em que nós vemos todo um desgaste relacionado ao cuidado, principalmente para as populações mais vulnerabilizadas, pensar e pautar saúde com esse viés objetivo é necessário. Aproveito esse espaço, fazendo esse adendo, para falar que, hoje pela manhã, pessoas vulnerabilizadas que necessitam desse acesso pela assistência social, que ocupam as ruas da cidade por conta desse empobrecimento... Que é isso, o desgaste das políticas públicas, o excesso do aumento da violência promovido por um Estado que não consegue dar conta daquilo que é importante e se utiliza de uma mão mais pesada para retirar o que não quer ver. Isso, para mim, fala não só de um processo de negligência e descaso, mas principalmente da incompetência daquilo que não consegue dar conta. Hoje pela manhã foram retirados de um espaço público, da rua – isso quer dizer que a gente não tem sequer garantia a ocupar as ruas, constitucionalmente se diz que temos direito a ocupar a rua –, pessoas que estão numa situação de extrema vulnerabilidade. Essas pessoas que não têm outra opção além de morar nas ruas, que não têm o cuidado nem com a higiene e com a saúde menstrual, muito menos o acesso a equipamentos da assistência social, os quais deveriam estar dando conta neste momento em específico, foram retiradas. Aqueles que não compreendem, até me atrevo a falar que não é nem que não compreendam, mas têm como prioridade outras pautas, aqueles que fazem esse processo de higienização das ruas na forma mais dura e mais pesada, não considerando mulheres. Estas mesmas que constam aqui no projeto do Ver. Leonel Radde, mulheres em situação de vulnerabilidade que precisam dessa assistência pela assistência social do Município, mulheres, crianças, homens, trabalhadores e trabalhadoras, que, por vezes, têm a reciclagem como a única fonte de renda, foram retirados das ruas. Isso é muito triste, ver que às vésperas do Natal, ver que às vésperas do final do ano, neste espaço como a última sessão do ano, a gente relata mais uma das atrocidades da mão mais pesada da perversidade, da incompetência. E digo, isso não é negligência, é escolha política daqueles que não conseguem fazer a leitura da realidade, logo, não priorizam nem assistência social nem a saúde e muito menos a educação como forma de romper esses ciclos que são ciclos de violação de direito. Eu deixo aqui registrada a minha indignação com a retirada desses e dessas que ocupavam as ruas como única opção; ao invés de retirá-los, então que auxiliem num processo de organizar um espaço ou mesmo daquilo que já tem como possibilidade no Município, mas que seja ofertado. Não retirem por retirar, não ajam com essa mão pesada, não façam ainda

pior com aqueles que já sofrem. Deixo aqui o recorte bem específico dessa população que sofre e que necessita tanto da atenção deste projeto, da aprovação dele como também de um olhar mais ampliado e, aí, até eu concordo com a vereadora que me aconteceu, é preciso ampliar esse olhar como garantia de direito e restituição de dignidade do povo. É isso que a gente precisa fazer, como forma dessa dignidade restaurada, precisa estar possibilitando novas formas e não simplesmente delimitando, cerceando e questionando a existência de todos aqueles que fogem dessa regra que é uma coisa absurda. A existência e a vida das pessoas são muito mais importantes do que qualquer outro viés que vem aqui se atravessar nos nossos discursos, muito mais que o discurso, aliás, a importância que, pelo menos, eu coloco como fundamental em tudo aquilo que faço, é a ação.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Bom dia a todos os companheiros, todas as companheiras; colegas vereadoras e vereadores. Quero saudar o Presidente e dizer que, o período que o senhor esteve na presidência neste ano, na qual tive o privilégio de fazer parte da Mesa Diretora com V. Exa., foi um ano de grandes desafios. O Ver. Idenir Cecchim irá enfrentar isso no ano que vem, a dificuldade de realizar as coisas, a dificuldade de fazer as coisas, mesmo assim nós demos algumas caras novas para a Câmara de Vereadores. Continuamos devendo o forro, continuamos devendo algumas coisas que a burocracia nos impede de entregarmos para esta Casa, mas fizemos muito, eu acredito. Só o visual dos *outdoors*, que parece coisa insignificante, mas todas as datas importantes do calendário da nossa cidade nós marcamos. A Câmara esteve presente em todos os momentos importantes da sociedade, e quero reafirmar aqui para a população de Porto Alegre que eu nunca vi esta Casa, eu estou aqui há nove anos, Ver. Idenir Cecchim, o senhor tem um pouquinho mais de caminhada do que eu, o Ver. Aldacir Oliboni, o Ver. Pedro Ruas, produzir tanto como produziu este ano e o ano passado, mesmo com a pandemia, mesmo com a dificuldade - *on-line*, híbrido, remoto -, nós não nos furtamos de votar. A prova disso é hoje, como ontem, fazendo sessões extraordinárias, já estamos na trigésima e pouca sessão extraordinária, sempre buscando melhorar a cidade.

Venho falar aqui, em nome do meu partido, para tentar compreender alguma coisa que não entra na minha cabeça, talvez, como se diz, eu sou meio xucro, quando a pessoa faz um indicativo, algumas pessoas rejeitam porque é indicativo, diz que não pode; quando a pessoa faz um projeto... Então nós só vamos fazer indicativo aqui, eu proponho isso agora. O Ver. Felipe Camozzato apresentou um projeto esta semana que nós votamos aqui, que prevê que as empresas *startups* não paguem impostos num período, aí pode. Gente, foi construído com o governo, quantos governos nós temos aqui? Eu acredito num governo que eu ajudei a eleger, sendo o primeiro partido a apoiar

e acreditar neste governo. Eu acredito neste governo, que o seu secretário de assistência social construiu com esta casa e deu acordo. Como construiu o projeto da Ver.^a Laura Sito, na semana passada, e deu acordo, o governo está dando acordo. Eu quero dizer como é o nosso governo que hoje retirou o projeto do Internacional, porque não houve um diálogo mais amplo com esta Casa. Um governo que se comprometeu, eu estive lá com o prefeito com o Sindicato dos Comerciantes, Sindilojas, a abrir a Av. Nilo Peçanha neste final ano, de vendas do Natal, e a entregou para a população de Porto Alegre na semana passada, um governo que vem se comprometendo e fazendo as coisas. Se o governo deu acordo num projeto, mesmo que seja de vereador de oposição, o governo diz que, por ele, não tem problema nenhum votar, que Emenda nº 11 conserta, e, aí, nós queremos ser mais realistas que o governo. Venham disputar as próximas eleições, gente! Nós temos que entender que a eleição acabou, nós temos que entender que nós estamos trabalhando para Porto Alegre, agora, nós podemos dar recurso, nós podemos dar dinheiro, nós podemos dar não sei o quê e, aí, quando nós temos que dar absorvente para as pessoas, nós não podemos. O que valem as emendas parlamentares? A responsabilidade é do parlamentar que criou as emendas, que destinou as emendas. Eu, há três anos, destino as minhas emendas para o autismo, só este ano que eu fugi dela que eu destinei cem mil reais para macas para obeso, que não tem macas para obeso na nossa SAMU. A responsabilidade é minha, uma política que eu acredito, que eu confio, a responsabilidade é minha botar todas as minhas emendas no Centro de Referência do Autismo. Isso, talvez, me permita ter mais um mandato, dois, três mandatos ou não, eu não imagino nenhuma mãe de autismo saindo de casa, no domingo, para votar em mim, mas eu acredito naquela política. Então constrói com o secretário, constrói com o governo, ninguém faz nada sem consultar o Paço Municipal, e aí, depois, nós queremos ser mais realistas do que o rei. Eu acredito que este é um projeto que vai ajudar as pessoas. Eu quero dizer, só para finalizar, que tem muito indicativo que o vereador entra aqui e depois – já vi grandes debates aqui nesta Casa – aparece um projeto, mas, como é meu, pode, como é dos outros, não pode. Então nós encaminhamos para aprovar este projeto, independente de quem seja, é um projeto que ajuda as pessoas na periferia, não é vinculado à educação, é vinculado à assistência social com aporte da saúde, da educação, mas é vinculado a quem tem recurso para ir lá buscar os absorventes. Com esta emenda impositiva da Ver.^a Bruna, vai permitir mais esse recurso e a responsabilidade é dela, no ano que vem, de botar novamente a emenda, a responsabilidade é desta Casa de manter as emendas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Cláudio Janta, e, em especial, pelas palavras em consideração ao nosso trabalho da Mesa.

O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº069/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, este debate importantíssimo no que tange à saúde do povo; saúde é um

direito humano, mas, de fato, muitas e muitos não têm essa garantia através de políticas públicas. Este Estado organizado, neoliberal, retira fatias enormes do orçamento que deveriam ser destinadas à garantia da dignidade dos seres humanos, esse dinheiro acaba engordando contas de arquimilionários. Nós temos visto isso muito com os processos de privatização que sequestram estruturas que poderiam dar lucro para o Estado, e aí falta dinheiro depois para fazer políticas reais. Este projeto tem um mérito enorme tanto é que estamos todos irmanados em torno dele para que, de fato, ele se torne uma realidade. O meu voto será favorável e quero reiterar que eu também protocolei, posteriormente a este, um projeto que envolvia também a distribuição de fraldas para crianças de 0 a 2 anos. Por que isso? Explico para vocês. Não só a pobreza menstrual, que é um fato trágico do Estado brasileiro que hoje nós temos, anotei aqui, 14,5 milhões de pessoas vivendo na linha da extrema pobreza - dados de abril de 2021 -, nós temos 10% dos gaúchos na extrema pobreza e, desses que estão na extrema pobreza, gaúchos e gaúchas, 58% são mulheres. O que isso significa? Significa que as mulheres não têm condições de sequer garantir três refeições ao dia. Então é preciso que o Estado venha trazer outros elementos e garantir o respeito à dignidade das pessoas que têm útero. Isso é fundamental, este projeto é para garantir isso. Porto Alegre poderá dar o exemplo estando na dianteira no Rio Grande do Sul. Quero dizer mais, em nível de Brasil, 26% das meninas não têm dinheiro para absorvente. O que quer dizer isso? Uma a cada quatro meninas não consegue fazer três refeições ao dia, no Brasil. Então a gente precisa desses objetos, como absorvente, garantir nas estruturas públicas porque essas pessoas, muitas vezes, não têm nem a roupa de baixo. Isso é um fato, elas não têm roupas, muitas vezes não têm onde morar, não têm o que comer, são coisas básicas que, para nós que estamos aqui, como servidoras e servidores públicos, e o vereador também é, servidores da Casa, concursados, os comissionados, felizmente, para nós, essa não é uma realidade, mas como eu trago aqui esses dados, é uma realidade de muita gente no Brasil. Segundo dados do UNICEF, relatório sobre a dignidade menstrual de 2017/2018, eram mais de 900 mil meninas que não tinham acesso à água em casa. Que quer dizer isso? Nem o direito universal à água é garantido no Brasil, e a gente sabe que a água e o saneamento são fundamentais para higienização. E eu falo aqui como professor, antes de vir para cá, estava dando aula na Restinga, anteriormente dava aula no Chapéu do Sol, lá tem uma vila, uma periferia, lá nós tínhamos muitos alunos da Escola Chapéu do Sol que não tinham acesso a chuveiro e nem a banheiro, eles tinham isso emprestado dos vizinhos, se o vizinho não emprestasse, não tomavam banho, não tinham como beber água. Então é gravíssima a extrema pobreza em Porto Alegre. Este projeto ataca a pobreza, por isso que nós devemos votar de forma unânime neste projeto para atacar essa violência contra o povo pobre da cidade. Este Parlamento tem que se levantar e cada vez mais votar projetos que diminuam a pobreza. Se nós não conseguimos erradicar a pobreza, nós temos que atacá-la ferozmente em todas as frentes, garantindo moradia para as pessoas, garantindo assistência social e garantindo saúde, garantindo educação, garantindo recursos. Nós precisamos garantir hoje, neste projeto, a derrota da pobreza menstrual. É por isso que eu estou do lado do projeto, Ver. Leonel, estamos juntos nisso e quero que a gente possa ter um resultado positivo, com

36 votos. Será lindo, será bonito, e é disso que a gente precisa. Um grande abraço. Estamos juntos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 069/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Bom dia, Presidente Márcio, colegas. Sobre o projeto em questão, de autoria do Ver. Leonel Radde, eu não só aprovo na íntegra, como quero dizer a todos que fiz um projeto também e retirei assim que soube que o vereador já tinha entrado com este projeto antes do que eu. Então quero dizer aqui, com muita tranquilidade, e talvez a sociedade em geral não saiba, mas um dos motivos de falta às aulas e do consequente baixo rendimento escolar das adolescentes é porque elas não têm absorvente para sair de casa, muitas não possuem condições financeiras para adquirirem o produto. E aí está o foco do projeto, auxiliar para que isso não mais aconteça com as alunas da rede municipal de ensino de Porto Alegre. Segundo a pesquisa realizada em 2018, por uma das empresas que lideram o segmento de absorvente, 22% das meninas brasileiras de 12 a 14 anos não têm acesso a produtos de higiene adequados durante o período menstrual, o percentual sobe para 26% na faixa etária de 15 a 17 anos. A higiene menstrual é definida pela Organização das Nações Unidas, a ONU, como uma questão de saúde pública e direitos humanos. Mas, infelizmente, para muitas, um item de higiene como um absorvente é considerado um luxo e não um direito. Então eu, sinceramente, aqui não vejo como nós não nos preocuparmos com isso, nós temos que proporcionar o acesso a produtos de higiene às estudantes das escolas públicas municipais, evitar que essas estudantes se ausentem das aulas por falta de absorvente higiênico e também prevenir riscos de doenças pela falta de higiene no período menstrual em função do não acesso ao absorvente. Eu solicito que todos os vereadores, neste momento, se coloquem na realidade da periferia, da população pobre, estamos tendo abandono de aulas, chegam a faltar 45 dias e não retornam para a escola. Vocês sabem que os adolescentes se acomodam, eles não voltam, eles abandonam os estudos. Então nós temos que trabalhar pela disponibilização de absorventes higiênicos, conforme a demanda de cada estudante. Estive em reunião na FASC, com a presidente, como eu tinha intenção de entrar com este projeto, cheguei a fazer. Eu sei que existe grande interesse, nós temos que chegar a um consenso, oportunizar para que essas meninas tenham essa possibilidade. É um direito mínimo, básico! Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal solicitada pela Ver.^a Cláudia Araújo, a Emenda nº 09, destacada, ao PLL 069/21. (Pausa.)

Vereadora Mônica Leal (PP): Solicito a leitura da Emenda nº 09, por favor.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Para ajudar a colega Ver.^a Mônica, com acerto com o Ver. Radde, que é o autor, e a Ver.^a Cláudia Araújo, que compôs a Emenda nº 11, seria rejeitada a Emenda nº 09 e aprovada a Emenda nº 11, para viabilizar o projeto.

Vereadora Mônica Leal (PP): Obrigada, Ver. Cecchim.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 07 votos **SIM**, 23 votos **NÃO** e 04 **ABSTENÇÕES**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): REJEITADA a Emenda nº 09 ao PLL nº 069/21.

Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLL nº 069/21. (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Bom dia, Presidente Márcio Bins, colegas vereadores e vereadoras, público que nos assiste. Primeiramente, eu gostaria de parabenizar o Ver. Leonel Radde pela proposição desse tema que é tão importante; e eu, que acompanho muitas comunidades, e sei das necessidades reais dessas meninas, entendo que o projeto é muito importante de ser aprovado. Nós fizemos uma construção com o Executivo em que retiramos, nós tínhamos muitas emendas, a nº 05, a nº 07, a nº 08, a nº 10, e nós retiramos essas emendas porque nós tivemos conversa com a FASC e com todos os órgãos interessados nesse projeto do governo, e construímos juntos a Emenda nº 11, que é esta que estou encaminhando. A emenda simplesmente institui a Estratégia de Promoção da Saúde Menstrual no Município de Porto Alegre, ou seja, nós mudamos de “programa” para “estratégia”. Essa estratégia disponibiliza esses insumos para higiene menstrual, e no art. 4º (Lê.): “Poderão ser beneficiárias da Estratégia de Promoção da Saúde Menstrual todas as pessoas que menstruam, desde que cumpridos os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.135/07, e mediante cadastro ativo no CadÚnico.” Então, todas aquelas pessoas com vulnerabilidade que têm essa necessidade, elas estarão recebendo esse insumo. Então, isso é muito importante para as nossas meninas, porque nós sabemos que há um êxodo escolar muito grande, ou seja, nós temos meninas que deixam de ir para a escola porque não têm acesso a esse tipo de insumo. Então, eu peço aos meus colegas vereadores que votem favoravelmente à Emenda nº 11, e que possamos aprovar este projeto, porque ele é muito importante para a nossa cidade. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a Emenda nº 11, destacada, ao PLL nº 069/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 069/21. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente, quero dar bom dia aos colegas vereadores, havia comentado com Líder Cecchim que faria o encaminhamento. Acho muito importante o tema, e saúdo todos os vereadores que estão falando e se preocupando com o assunto, mas eu acho necessário que a gente coloque alguns pontos nesse debate, especialmente depois de ouvir algumas das falas aqui nesta tribuna. Primeiro, gostaria de lembrar o Nobel em economia Milton Friedman, que dizia que a gente não deve julgar políticas públicas pelas intenções, mas, sim, pelos resultados. E, se nós queremos o resultado, Ver.^a Laura, eu entendo que é justamente através de uma outra forma que deve ser feito esse processo. O PAR, como bem colocou aqui a Ver.^a Mariana e outros vereadores reforçaram, a Ver.^a Nádia também, já está disponível para fazer compras de itens essenciais nas escolas, uma compra descentralizada diretamente pela direção da escola, que entende as necessidades de cada aluno, aluna, e, portanto, consegue fazer a compra de maneira eficiente, mais otimizada e atendendo à necessidade. E esse valor que deveria ser aumentado para essa destinação, essa é a forma correta de chegar ao resultado. Se a gente fizer de forma centralizada, encaminhar para licitação geral, nós vamos não só correr risco de comprar mais caro como também de ter uma compra ineficiente, e, quando não, dar espaço para um ambiente de corrupção na negociação desse tipo de produto.

E aí eu queria trazer especialmente uma fala para a oposição, para o Ver. Leonel Radde. O Ver. Leonel Radde, no projeto anterior, veio ameaçar, dizendo que esperava que todo mundo votasse de acordo com o seu interesse, afinal de contas, ele tinha negociado com o secretário. Ora, eu já tive acordo com o secretário de projeto meu que foi rejeitado pela Casa, e tudo bem. Cada um de nós, Ver. Gilson, foi eleito para exercitar a sua opinião e a sua convicção sobre a cidade. É por isso que somos tão diferentes. É por isso que não tem ninguém igual à outra pessoa aqui, porque somos diferentes, e, às vezes, nós conseguimos chegar a um consenso, mas, às vezes, não. Isso faz parte da democracia, nós respeitamos, e a vida segue. Agora, querer dizer que nós deveríamos nos curvar, eu digo, quem deveria se curvar ao governo, agradecendo por todo o esforço que está fazendo para aprovar o seu projeto, Ver. Radde, é você. Você deveria se curvar ao governo, às lideranças e às bancadas, por estarem fazendo todo o esforço para aprovar um projeto que é uma grande sinalização de virtudes, na minha opinião, que é para dizer, “olha que bonito, eu me preocupo com isso”, mas, no resultado, não vai ser efetivo. Como eu já disse, o resultado que interessa é por meio do aumento do PPA, não por meio de um projeto que é flagrantemente inconstitucional. Aliás, alguns dos debates feitos expõem a inconstitucionalidade e o problema, conduzem à emenda impositiva de vereador para fazer custeio de despesa corrente. Não tem como. E você vai ficar fazendo emenda no PPA todos os anos? Não tem como. Não

é assim que se faz. Despesa corrente se trata com gastos correntes. Tem que fazer outra organização contábil. A Ver^a Bruna não vai ser eleita eternamente para os próximos cem anos, para garantir a política pública. Não é assim que se faz.

Então, o Ver. Leonel Radde, o PT e a oposição, que vivem xingando os vereadores da base, esse governo, independentes, de fascistas, de autoritários... Aliás, na sessão de ontem, sobrou até sem-vergonha para secretário. E o governo, ainda assim, estende a mão e ajuda a oposição, que deveria reconhecer esse esforço para fazer aprovar esse projeto dessa forma errada, na minha opinião. Para mim, essa história do acordo com o secretário vale tanto quanto eu fiz, não impõe aos vereadores a obrigação de votar. Nunca impôs. Ainda mais vindo de um vereador que já ofendeu, inclusive manifestantes, aqui, de nazistas.

Portanto, eu convido aqueles que não querem fazer a sinalização de virtude do PT e realmente fazer resultado de política pública assinar o *blog* de assinatura n° 5843, ou mesmo apoiar as medidas que o governo vem fazendo através do PPA. Aliás, o governo vem aumentando os valores para as escolas, então, a política vem sendo feita desde a gestão passada inclusive, corretamente, para que os gestores possam fazer o melhor gasto. Se tem algo que fica de todo esse debate, é que, primeiro, a oposição deveria agradecer ao governo a cortesia de fazer com que um projeto inconstitucional, que está mal redigido, seja aprovado, porque será aprovado aqui, ainda que eu vote contra para exercitar justamente a divergência democrática, vai ser aprovado, e, depois, quando a posição vier chamar de autoritário, de fascista, tudo o mais, que se lembre disso.

E segundo, para mostrar também que existem outros caminhos para garantir a entrega dessa política pública, que não, necessariamente, passa por fazer um projeto como esse que, na minha opinião, está errado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Obrigado, Ver. Camozzato, só para lhe informar que, a seu pedido, o Ver. Leonel Radde se curvou aqui, na frente da Mesa, fez a inflexão.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pela Ver^a Mari Pimentel, o PLL n° 069/21. (Pausa.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, 27 votos **SIM**, 05 votos **NÃO** e 01 **ABSTENÇÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): APROVADO o PLL n° 069/21. Parabéns, Ver. Leonel Radde. Apenas registrando que, em projetos de lei, o Presidente não vota, mas fica o meu indicativo de voto favorável ao projeto.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, como está previsto um almoço agora e, em função do adiantado da hora, queria pedir a gentileza da continuidade do acordo estabelecido, até porque o próximo projeto da pauta é o meu, PELO n° 003/21. Votamos um do governo, dois de vereadores, na verdade, o meu projeto nem é votação, é só discussão, em 1ª sessão, depois tem um do governo que é após o meu. Só para manter a ordem.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Lembrando que nós fizemos um acordo, na reunião de líderes, que o primeiro projeto de hoje à tarde será a criação da Comissão de Ética da Câmara. Na sequência, seguiremos a ordem atual. Muito obrigado.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): É um projeto que tem acordo também, mas, para não prejudicar... porque, sempre quando aparece, o Ver. Idenir Cecchim está aqui ao meu lado, há uma discussão maior e tal, não é o caso da Comissão de Ética, como o meu projeto, que é um projeto mais rápido e tranquilo. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado, Ver. Aldacir Oliboni. Agradeço a presença de todos. Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 12h22min.)

* * * * *